



SEÇÃO: FILOSOFIA & INTERDISCIPLINARIDADE

## Oliveira Viana, raça e autoritarismo brasileiro: o povo como objeto da ciência na constituição da soberania e da arquitetura institucional

*Oliveira Viana, race and Brazilian authoritarianism: the people as an object of science in the constitution of sovereignty and institutional architecture*

*Oliveira Viana, raza y autoritarismo brasileño: el pueblo como objeto de la ciencia en la constitución de la soberanía y de la arquitectura institucional*

**Evandro Piza Duarte<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-0077-0297](https://orcid.org/0000-0002-0077-0297)

[evandropiza@gmail.com](mailto:evandropiza@gmail.com)

**Marcos Queiroz<sup>2</sup>**

[orcid.org/0000-0003-3644-7595](https://orcid.org/0000-0003-3644-7595)

[marcosvlq@gmail.com](mailto:marcosvlq@gmail.com)

**Recebido:** 13 fev. 2023.

**Aprovado:** 24 jan. 2024.

**Publicado:** 23 ago. 2024.

**Resumo:** O artigo investiga os fundamentos racistas do autoritarismo brasileiro por meio da análise da obra de Oliveira Viana. Primeiramente, desenvolve-se a ideia de “decantação branca da teoria social”, fenômeno pelo qual a branquidade separa e joga fora a crítica ao racismo de determinado autor, purificando seu pensamento. Em seguida, com base nos aportes de Clóvis Moura e Michel Foucault, são analisados como os argumentos de Viana a respeito do “tipo racial” local e do “povo” como objeto da ciência representam um momento de virada da ciência brasileira. Através do saber gerencial da população, tais concepções vinculam decisivamente “raça” e administração pública, constituindo a soberania como biopolítica e a arquitetura institucional do estado como gestão racial da vida e da morte. Conclui-se que o pensamento de Viana foi estratégico para lidar com os dilemas da branquidade brasileira diante dos impasses decorrentes do pós-abolição e das transformações políticas e econômicas globais do início do século XX.

**Palavras-chave:** Oliveira Viana; autoritarismo; racismo; soberania; pós-abolição.

**Abstract:** The paper investigates the racist foundations of Brazilian authoritarianism through the analysis of the work of Oliveira Viana. First, the idea of “white decantation of social theory” is developed. This is a phenomenon whereby whiteness separates and throws away the criticism of racism of a given author, purifying his thought. Then, based on the contributions of Clóvis Moura and Michel Foucault, we analyze how Viana’s arguments about the local “racial type” and the “people” as an object of science represent a turning point for Brazilian science. Through the managerial knowledge of the population, such conceptions decisively link “race” and public administration, constituting sovereignty as biopolitics and the institutional architecture of the state as racial management of life and death. The conclusion is that Viana’s thought was strategic in dealing with the dilemmas of Brazilian whiteness in the face of the impasses resulting from post-abolition and the global political and economic transformations of the early twentieth century.

**Keywords:** Oliveira Viana, authoritarianism, racism, sovereignty, post-abolition

**Resumen:** El artículo investiga los fundamentos racistas del autoritarismo brasileño a través del análisis de la obra de Oliveira Viana. En primer lugar, se desarrolla la idea de “decantación blanca de la teoría social”, fenómeno por el cual la blancura separa y desecha la crítica al racismo de un determinado autor, depurando su pensamiento. Luego, con base en las contribuciones de Clóvis Moura y Michel Foucault, analizamos cómo los argumentos de Viana sobre el “tipo racial” local y el “pueblo” como objeto de ciencia representan un punto de inflexión para la ciencia brasileña. A través del conocimiento gerencial de la población, tales concepciones vinculan decisivamente “raza” y administración pública, constituyendo la soberanía como biopolítica y la arquitectura institu-



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

<sup>2</sup> Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Brasília, DF, Brasil.

cional del Estado como gestión racial de la vida y la muerte. Se concluye que el pensamiento de Viana fue estratégico en el tratamiento de los dilemas de la blanquitud brasileña frente a los impasses resultantes de la posabolición y las transformaciones políticas y económicas globales de principios del siglo XX.

**Palabras clave:** Oliveira Viana; autoritarismo; racismo; soberanía; post-abolición.

## Introdução

A crise das instituições políticas a partir do Golpe de 2016 foi contemporânea ao aumento do debate público sobre racismo e genocídio,<sup>3</sup> mobilizado pelo ativismo de intelectuais e movimentos negros.<sup>4</sup> No debate público que ainda segue, um dos caminhos trilhados na mídia e na academia foi o de vincular o racismo das práticas dos agentes do estado, especialmente da polícia, à "tradição autoritária" brasileira.<sup>5</sup> Por outro lado, na intelectualidade hegemônica conformada pela branquidade, poucas vozes se insurgiram para dizer que o racismo era um elemento central da crise institucional e do autoritarismo nacional. Quando o fizeram, destacaram o desgosto das elites com a ascensão social de pessoas negras ou com a sua presença em espaços de consumo, frequentados até então quase exclusivamente por pessoas brancas. Ou então comentaram o legado colonial e escravista nas instituições e práticas autoritárias. Tudo por alto, de maneira superficial, abstrata e protocolar, como que para dar satisfação formal e politicamente correta às denúncias da população negra.<sup>6</sup>

O ponto de partida desse texto é questionar o sentido e o conteúdo dessa tradição autoritária e, portanto, as formas como ela pode ser interpretada. Não se trata de perguntar como o autoritarismo produz ou permite o racismo, mas, ao invés, como a tradição autoritária emerge do racismo. Assim, propõe-se investigar como o

autoritarismo surge como um dos elementos das dinâmicas de racialização da sociedade brasileira, não como mero efeito ou legado colonial, mas sim como práxis reescrita, reconstruída e reinventada em momentos específicos da história nacional, particularmente naqueles em que tensões sociais emergem em decorrência da discussão do "lugar do negro" e da sua cidadania na sociedade brasileira.

No presente artigo, essa tradição autoritária é revisitada na análise do pensamento de Francisco José de Oliveira Viana. Para além de situar o racismo na obra do autor, interessa-nos destacar os seguintes aspectos: quais são os efeitos produzidos no conceito de autoritarismo pela sua articulação com o racismo? O que ocorre quando mudamos o sentido e interpretamos aquele a partir deste? Que tipo de censura moral é estabelecida ao se considerar o racismo como uma chave interpretativa e estruturante do autoritarismo brasileiro? Para tanto, é preciso vencer um primeiro mal-entendido: o de considerar a proposta de pensar o racismo como um mero ataque à suposta grandeza do autor.

Nascido em Saquarema, no Rio de Janeiro, em 1883, Oliveira Viana foi professor, jurista, historiador e sociólogo. Ele figura no rol dos intelectuais que marcaram o debate público na primeira metade do século XX e é tido como um dos fundadores do pensamento social brasileiro. Ademais, como aponta Fabio Gentile, foi um dos principais teóricos e apologistas do estado varguista, posição que lhe garantiu projeção. Entre 1932 e 1940, foi consultor jurídico do Ministério do Trabalho, estando comprometido com o corporativismo e a incorporação da fascista *Carta del Lavoro*, de 1927, na legislação social brasileira (GENTILE, 2016). Suas obras de análise da formação nacional, como *Populações meridionais do Brasil*

<sup>3</sup> Sobre o conceito de genocídio articulado por intelectuais e movimentos negros: Nascimento, 2017; Flauzina, 2014.

<sup>4</sup> Para mobilização da juventude negra em torno do direito à vida, veja-se: Freitas, 2019. Para compreensão da denúncia do genocídio como pauta de intelectuais e movimentos negros, veja-se: Silva Freitas, 2020.

<sup>5</sup> Veja-se, por exemplo: *Violência policial e autoritarismo*, de Ilona Szabó de Carvalho, na Folha de S. Paulo, 29 de janeiro de 2020; *Três faces do autoritarismo: estado policial, direito penal do inimigo e Lawfare*, de Antonio Oneildo Ferreira, no Migalhas, 14 de março de 2018; e *Violência policial no Brasil: herança da ditadura ou escolha da democracia*, na Revista Cult, 18 de novembro de 2016. Sobre o segundo aspecto, notável é o conceito de "racismo de classe" de Jessé Souza (2010), utilizado para tratar da aversão de parcela da população brasileira à emergência social dos mais desfavorecidos. Para uma aplicação do conceito na análise do debate público e da mídia no Brasil, veja-se: Voigt e Pagani Junior, 2019.

<sup>6</sup> Sobre a absoluta ausência do elemento racial na análise da crise institucional brasileira, sintomática é a análise de oito intelectuais da USP, publicada em 09 de junho de 2020, na Folha de São Paulo: *Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira*.

(1920), *Pequenos estudos de psicologia social* (1923) e *Evolução do povo brasileiro* (1923), este último apresentado, primeiramente, como contribuição ao censo de 1920, influíram na política institucional da época, especialmente no campo dos censos e da análise demográfica (CAMARGO, 2009). Como pano de fundo, os seus aportes ajudaram a fundamentar o apagamento estatístico da população negra e a insuflar a ideologia do embranquecimento como devir nacional (PAIXÃO, 2009; ANJOS, 2013; CAMARGO, 2009).

Neste sentido, Oliveira Viana integra o rol dos intérpretes do Brasil, isto é, intelectuais que, ao analisarem o processo de formação nacional, formularam a respeito da identidade brasileira (MARTINS, 2017). Tais autores objetivavam a construção de um autorretrato do Brasil, com reflexões sobre a singularidade brasileira e a sua problemática ou diferenciada entrada na modernidade (BASTOS, 2013; TAVOLARO, 2014). Nesse quadro, Oliveira Viana continua despertando profundo interesse científico, intelectual e político, notado na constante republicação de algumas de suas obras e na renovação de pesquisas a respeito das suas formulações teóricas e institucionais (GENTILE, 2016; RICUPERO, 2014; e BRANDÃO, 2007). No entanto, "curiosamente", o tema do racismo tem despertado pouca atenção, pois, paradoxalmente, Oliveira Viana dispensa a novidade do rótulo de racista. Isso porque desde a geração de Gilberto Freyre, críticos à direita e à esquerda, consolidaram esta tese, prevalecendo o argumento de que ele foi um "arianista" ou apologista da degeneração e desaparecimento paulatino do negro. Porém, seus argumentos racistas são silenciados, marginalizados ou minimizados pelos intérpretes da sua obra. Dizem que o racismo era característica onipresente à época ou apenas algo relativo à parte de seus escritos. Desse modo, "salva-se" o sociólogo e suas instituições, deslocando-se o debate para a centralidade do autoritarismo, depurando-o da crítica ao racismo.

Nesse contexto, Fábio Gentile expõe um quadro interpretativo da contribuição de Viana para a tradição autoritária no Brasil. De um lado, desde a

obra de Wanderley G. dos Santos, "o 'autoritarismo instrumental' é pensado como um instrumento transitório, cuja utilização é limitada ao cumprimento da sua tarefa de criar as condições para a implantação de uma sociedade liberal no Brasil" (GENTILE, 2016, p. 78). Logo, o autoritarismo seria transitório por ser uma etapa adequada ao desenvolvimento tardio brasileiro e com vistas a alcançar, no futuro, uma sociedade liberal. Por outro lado, Ricardo Silva (2008), seguindo a proposta de Antonio Paim (1982), opõe-se a essa tese. Para ele, o autoritarismo instrumental é mais continuidade, por meio de uma projeção sociológica, da ideologia professada por Viana, incapaz de confrontar o modelo de estado que os teóricos do autoritarismo, de fato, pretendiam construir. Ao invés de um Estado autoritário como passagem, o objetivo teria sido o de dar ao país um estado autoritário racionalizado em que uma equipe técnica seria capaz de dar vazão aos interesses corporativos e garantir o desenvolvimento da produção.

Dessas abordagens, o que se pode notar é um constante jogo de afirmação e negação no pensamento de Oliveira Viana, em que autoritarismo e liberalismo se implicam de maneira aberta e mútua, um constituindo o outro num mecanismo de indiferenciação. A defesa do autoritarismo é, ao mesmo tempo, aberta, mas recheada de supostas mediações, ambiguidades, recuos táticos e rejeições. Diante desse cenário, o presente artigo parte desse jogo de afirmação-negação para questionar o modo como o racismo é "decantado" nos aportes de Viana e propõe compreender a "raça" como elemento central da estrutura autoritária nos intérpretes do Brasil. "Raça" que opera como elo perdido a ligar umbilicalmente autoritarismo e liberalismo.

Assim, o artigo se divide em duas etapas. Primeiramente, é revisitado o modo como os leitores e críticos de Oliveira Viana interpretaram a presença do racismo em sua obra. Essa abordagem revela os diversos mecanismos pelos quais a "raça" é, ao mesmo tempo, sublimada e reificada no pensamento social brasileiro. Trata-se, em síntese, de um processo de decantação

branca da teoria social, em que a crítica racial é sempre "separada" e "jogada fora", purificando-se os debates, perspectivas, críticas e temas permitidos no fazer científico. Em seguida, por meio de uma leitura do pensamento de Viana baseada nos aportes de Clóvis Moura e Michel Foucault, é investigado os fundamentos raciais do seu autoritarismo, destacando os dilemas da branquidade na construção da nacionalidade a partir do debate sobre o tipo racial local e da construção da ideia de "povo" como objeto da ciência. Neste caso, argumenta-se que Viana representa o momento em que a ciência brasileira vincula decisivamente "raça" e administração pública por meio do saber gerencial das populações, constituindo a soberania como biopolítica e a arquitetura institucional do estado como gestão racial da vida e da morte.

Como pano de fundo, Viana institui um discurso de supremacia branca que produz um triplo movimento: a. a defesa da branquidade como um valor absoluto para a construção da civilização nacional; b. a garantia da liderança das elites brancas locais na hierarquização da sociedade brasileira, tanto em relação aos negros e aos indígenas, quanto aos imigrantes europeus; c. o afastamento de uma posição de validação política do fascismo e do nazismo sem rejeitar sua herança científica a respeito da superioridade dos brancos. Essa interpretação permite localizar as raízes da tradição autoritária brasileira nos dilemas gerados pelo fim da escravidão, isto é, o autoritarismo como mecanismo de longa duração para lidar com o "problema" da cidadania negra.

### **Racismo decantado e os intérpretes do Brasil**

Revisitar as críticas ao notório "arianismo" de Oliveira Vianna permite traçar os limites de uma crítica hegemônica e distinguir o sentido da crítica desde o ponto de vista da crítica ao racismo e à branquidade como elementos centrais para a compreensão da tradição dos intérpretes do Brasil. Na crítica hegemônica, há dois topos dominantes e complementares para considerar o racismo na obra de Oliveira Viana: a dispersão de

sua importância no espírito da época e a retenção do racismo a uma parte inicial de seus textos.

José Murilo de Carvalho é o principal representante da primeira visão ao considerar que o racismo e o apoio de Viana à Ditadura Vargas, a despeito de serem "pecados graves", são atenuados, pois "racista era quase toda a elite e sua época, embora nem sempre o confessasse. Até mesmo a Constituição de 1934, democraticamente elaborada, pregava a eugenia". Ademais, haveria um recuo do "tema" nos livros de "política social" onde não haveria mais nenhuma menção ao problema da raça, tornando-se irrelevante (CARVALHO, 1991, p. 83). Já a segunda abordagem pode ser vista em Ricardo Silva. O autor afirma que o percurso de Oliveira Vianna teria sido de minimização do racismo ao longo de sua obra, o que revela seu caráter secundário (SILVA, 2008, p. 248).

Na localização e contextualização da obra de Viana, Walter Costa Porto e Nilo Odália propõem uma crítica de inspiração marxista. Três temas surgem associados nas leituras do racismo em sua obra: o papel da arianização, o lugar dos mulatos e a construção da nação. Walter Costa Porto, para quem "a abordagem racista do autor não pode ser, assim, minimizada", destaca as referências à "aristocracia rural", a "única classe verdadeiramente superior do país"; a uma "ralé absorvente", uma "massa de mestiços ociosos e inúteis"; e as alusões a "mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência ou pelo menos suscetíveis de arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização do país". O problema da nação, nos termos das forças sociais que a representam e a constituem, formando o elo de continuidade entre passado e presente, sempre dependeu dessa percepção racializada que identifica na elite colonialista sua força viva. Daí, por exemplo, a crítica insistente de Viana ao republicanismo democrático e seu elogio à política imperial (PORTO, 2004, p. 11).

Para Nilo Odália, a relevância da dimensão racial estaria no fato de ser elemento capaz de permitir a ocultação da dimensão econômica ao privilegiar a dimensão institucional na compreen-

são da sociedade brasileira. Em Viana, a diferença entre a sociedade brasileira e a europeia situa-se na grande propriedade, mas "encontra-se na ficção de uma aristocracia ariana que impregnará nosso desenvolvimento histórico, conciliando teoria e prática históricas". Neste sentido, a "estrutura racial" no argumento de Viana seria apenas a "realidade mais visível e palpável" por trás da "ignorada" estrutura econômica (ODÁLIA, 1997, p. 18-19).

Porém, diante dessas considerações, é possível se perguntar: a melhor forma de compreender os argumentos de Oliveira Vianna é dizer que, por detrás dos argumentos institucionais, há apenas uma dimensão econômica e que a parte visível do fenômeno é a hierarquia racial, muito embora não seja sua estrutura profunda?

Quais outros problemas esses dois tropos (dispersão no espírito da época e localização numa parte da obra) poderiam conter? A pressa em deslocar o lugar do racismo na obra de determinado autor parte de um "não-dito" (FOUCAULT, 2000), o de que o racismo é algo que todos sabemos, ou seja, como o racismo é trivial, deveríamos virar a página e chegar aos grandes temas, a classe social, a estrutura econômica, a propriedade privada e etc. Esse não-dito somente faz sentido porque apela para um senso comum do leitor, particularmente a comunidade de leitores formados nas universidades brasileiras. Que leitor ideal seria esse? Qual o "tipo ideal" de interlocutor que a escrita acadêmica pressupôs sem grandes questionamentos até o final do século XX?

Ao se retomar a trajetória dos estudos sobre relações raciais no Brasil, pode-se desvelar parte desse não-dito. O racismo era considerado desde duas perspectivas hegemônicas e complementares até os anos 1990. Primeiro, ele era entendido como criação e adoção de teorias científicas racistas sobre as raças, servindo como exemplo máximo e como a causa da aceitação de perspectivas racializadas sobre a realidade. Segundo, o racismo era enquadrado na perspectiva pessoal do preconceito racial, visto como uma dimensão psicológica de assunção de valores e, simulta-

neamente, um "erro racional" (um engano, pois não haveria a raça tal qual pressupõe a ciência racista) e um "erro moral" porque é condenável atribuir a outra pessoa qualidades inferiores que não são suas. Em ambas perspectivas a centralidade está no personagem individual (sobretudo, o intelectual) e no seu contato com discursos racistas, quando muito no papel de difusão de crenças ou na comprovação da existência de crenças compartilhadas. Portanto, o racismo era explicado como essa imersão discursiva, valorativa e psicológica.

Todavia, o modo como a tese da presença do racismo foi repellido da análise da elite intelectual brasileira não foi único e possui inúmeras dimensões. Ele se alterou na medida em que, no mesmo plano de argumentos (ou da hegemonia acadêmica), a tese da inexistência do racismo no Brasil foi combatida. Quanto à adoção de teorias raciais, por exemplo, basta lembrar que já houve quem defendesse (e ainda há quem defenda) a inexistência de teses científicas sobre a raça por parte da inteligência brasileira, apesar das pesquisas históricas exaustivas (SCHWARCZ, 1993). Após a comprovação da profunda tradição do racismo científico no país, a estratégia foi tentar identificá-la como um hiato na tradição cultural brasileira, situada entre 1870-1930, sem continuidade no passado, sem importância no futuro; ou de vinculá-la a um grupo ou uma experiência histórica particular, como à da elite intelectual do Sudeste ou às décadas iniciais da República. Essas estratégias têm como pano de fundo a assunção, ainda que publicamente negada, da democracia racial.<sup>7</sup>

Logo, nessa linha de raciocínio, comprovada e fixada a presença de uma tradição racista nas instituições brasileiras, resta, no contexto de um olhar influenciado pela "ideologia da democracia racial", defender que sempre houve um confronto entre uma "realidade mestiça" e um pensamento europeu arianista, isto é, o racismo científico atacaria apenas a mestiçagem, mas, no mesmo passo, ela seria amplamente aceita na sociedade brasileira; ou ainda que haveria a valorização do

<sup>7</sup> Para uma crítica do conceito de democracia racial: Nascimento, 2017; Duarte, 2011.

mestiço, apesar do racismo, realizando-se uma separação absurda entre a mestiçagem como valor positivo (e subordinada à branquidade) e a adoção de estereótipos racistas sobre negros e indígenas. De qualquer forma, quer porque o racismo é algo muito subjetivo, discursivo, ideológico (não toca nos grandes fenômenos ou apenas deles decorre), ou quer porque ele não é tão importante num discurso de um grande autor, é preciso virar a página, com algumas ressalvas para não parecer mal compreendido. Essas estratégias produzem uma espécie de processo de decantação da tradição brasileira.

Conforme o Dicionário Online de Português (DICIO, 2023), o verbo decantar inclui os seguintes significados: a) o processo químico de "passar suavemente um líquido de um vaso para outro, a fim de o separar de impurezas, sedimento ou depósito, que se fixam no fundo"; b) "fazer uma limpeza, purificar algo ou alguém, limpar"; c) "sair as águas, desembocar, desaguar"; d) "fazer uma celebração por meio de versos ou cânticos: decantava suas qualidades em poesia (por extensão, tornar grandioso, exaltar, engrandecer, celebrar: decantar os feitos do personagem)".<sup>8</sup> O campo científico de compreensão sobre o Brasil, composto pelos grandes intérpretes e seus críticos acadêmicos, em que se insere o debate sobre a obra de Oliveira Viana, move-se como um rio com muitos sedimentos. A turbulência, por meio da crítica ao racismo, produz nas águas profundas dos não-ditos a opacidade da corrente de água que está acima, fazendo emergir manchas visíveis desde a superfície. Os dois tropos (a dispersão e a localização), ao revés, permite que essa opacidade logo se disperse na corrente cristalina da boa tradição dos intérpretes e seus arranjos e respostas sobre o Brasil. Assim, cria-se artificialmente uma separação e, ao mesmo tempo, são mantidos intactos o fluxo e a permanência de um sistema de águas profundas capaz de arrastar adiante o *ethos* racista.

De alguém que examina o pensamento de um desses intérpretes espera-se que não perturbe

o caráter cristalino da água da superfície e, se o fizer, que o movimento disperse a crítica rapidamente, mantendo em perfeita continuidade as dimensões profundas, decantando para a velocidade das profundezas os sedimentos que são continuamente arrastados por essa mesma tradição. Logo, purificar os autores (por meio do deslocamento da importância do racismo) e fazer seguir o fluxo (para desaguar a tradição num tema geral), por meio da celebração e da exaltação, é o que se pode entender como esse processo de decantação. Os pressupostos racistas de seus pensamentos seguem o fluxo pela aderência ao senso comum do leitor que, ao se situar numa realidade marcada por hierarquias raciais, pensa, por exemplo, que é muito natural identificar o povo como inculto.

Todavia, a imagem da tradição dos intérpretes do Brasil que propomos para situar Oliveira Viana não é de um rio único, onde o racismo é uma constante ahistórica, mantida por sua inércia, mas de uma estranha bacia hidrográfica, composta por descontinuidades, acidentes geográficos, interações e adaptações em uma paisagem sempre mutante. O importante é que esse processo de decantação compõe a própria vida do rio como um sistema que comunica sua tradição racializada para as gerações futuras. Essa "constante" é muitas vezes uma marca no modo como os problemas e as soluções são construídos e conduzem a novos problemas e a soluções que retém a densidade no fluxo do próprio rio. De modo exemplificativo, quando um conceito se estrutura desde uma experiência racializada, a não compreensão dessa dimensão garante a sobrevivência dessa experiência como silêncio. É o que encontramos, por exemplo, no binômio país ideal e real, presente em Oliveira Viana, nascido da visão racista de nossa história (DUARTE, 2021; VIANA, 1939 e 1987).

Esse processo compõe a própria vida dessa tradição e aponta para o seu principal não-dito: não acreditamos que o racismo seja um conceito capaz de produzir ou de conduzir a uma expli-

<sup>8</sup> Consulta realizada no DICIO, Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/decantar/>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

cação do próprio modo como essa tradição se estrutura. O racismo torna-se esse algo para ser "desculpado" ou para ser "sublimado", mas não precisa ser "compreendido" e não seria capaz de gerar "compreensão". De modo direto, a própria denúncia do racismo como um fato da época ou mera parte da obra pode se tornar rapidamente num modo de não tomar o racismo como uma dimensão que implique autor, discursos, estruturas de raciocínio, ambiente intelectual e institucional e lógicas de poder. Portanto, o primeiro esforço numa leitura das relações entre racismo e autoritarismo na obra de Oliveira Viana e de que não se trata de uma acusação. Racista foi apenas uma época? Racista foi e permanece todo o contínuo de uma tradição de interpretação sobre o Brasil em que os espaços de produção do conhecimento são construídos com padrões raciais de exclusão. Racista não foi apenas uma das épocas, é a época em que se constitui e se reconstitui as auto-imagens da sociedade brasileira.

Neste contexto, representativo das intervenções propostas por intelectuais e movimentos negros, Clóvis Moura propõe uma leitura alternativa dos chamados intérpretes do Brasil. Sua presença ainda marginal no debate intelectual é, em si, elucidativa do modo como a tradição e o "cânone" são construídos. Em *As Injustiças de Clío* (1990), Clóvis destaca a proximidade de Oliveira Viana e Gilberto Freyre, mostrando as continuidades na representação estereotipada e subordinada da população negra. Com isso, argumenta que Viana não é um hiato, na medida em que sua obra dialoga com a tradição historiografia do Império responsável por construir representações racistas da sociedade brasileira.

A interpretação "diacrônica dos mecanismos que nos subdesenvolveram como nação" de Oliveira Viana era uma visão "biologizada da interpretação social e histórica" que considerava as raças dispostas numa hierarquia. "A civilização era um subproduto das raças". Assim, "as raças inferiores, a negra principalmente, tinham de desaparecer na luta com outras raças mais fortes e superiores. O processo civilizatório, por seu turno, era um atributo da raça branca que, mesmo

quando se misturava com os negros e outras raças inferiores, arianizava-os". A presença física e a cultura dos negros eram sempre retratadas de forma negativa ("contingente maior de confusão e de discordância"; "melhores moralmente à medida que revelavam um temperamento dócil, adaptável à escravidão"; e "esteticamente eram mais bonitos à medida que se aproximava das características e padrões de beleza grega"). E, no mesmo passo, constituía-se um mito local de origem para a branquitude (escolhidos "pelas virtudes morais da sua raça foram selecionados pela metrópole para se apoderarem das terras nas colônias" e a seleção racial e social justificaria a permanência do direito à propriedade rural) (MOURA, 1990, p. 202-211).

Dai concluir Clóvis Moura que "Oliveira Viana achava que não apenas a hierarquização social dependia da raça, mas a própria divisão do trabalho social entre as 'raças inferiores' era determinada por qualidades inatas" (MOURA, 1990, p. 211). O papel da seleção natural vinculava-se ao elemento mestiço. Ele seria um grupo intermediário responsável por tarefas mais especializadas e que, com isso, teria mais chances de ascender socialmente. Desse modo, Oliveira Viana estabeleceu uma apologia das hierarquias raciais presentes na escravidão e criticou sua abolição, pois o mundo senhorial teria sido mais eficaz em eliminar o grupo negro. De outra parte, sempre manifestou seu elogio racial ao papel conferido às elites escravocratas. Assim, a tese de Clóvis é de que o pensamento dos intérpretes do Brasil reforçou estratégias de produção da desigualdade e da violência, cumprindo uma função histórica concreta na manutenção da estrutura social excludente e racista.

Neste sentido, a crítica de Clóvis localizava o racismo de Oliveira Viana nos embates concretos da sociedade brasileira, especialmente aqueles decorrentes do ocaso da escravidão e dos dilemas do pós-abolição. Em específico, destacou como o racismo científico tinha conexão com o projeto de expansão e transformação do capitalismo num contexto de rearticulação da hegemonia das elites brancas nacionais. Portanto, o autori-

tarismo não é entendido simplesmente como um projeto em que a sociedade civil é formada desde as instituições, num plano abstrato ou numa perspectiva consular da história (RAMOS, 1995). Ao contrário, o pensamento autoritário é enquadrado nas encruzilhadas da dominação de classe da branquidade local, que se consolida como mediadora das relações internacionais de subordinação econômica e direção política de um estado-nação genocida.

A abertura proporcionada por Clóvis permite entender o lugar específico ocupado por Oliveira Viana na tradição dos intérpretes do Brasil: a passagem de uma interpretação a respeito da escravidão (que retirava da história e da política as lutas negras por liberdade e, com isso, representava o país como um paraíso das raças) para o discurso científico sobre o gerenciamento populacional. Sob o manto da biopolítica, Viana unia de vez estado, soberania, raça e nação como objetos do saber autorizado da ciência.

### **Oliveira Vianna, os dilemas nacionais da branquidade e o povo como objeto da ciência**

Michel Foucault propõe uma reformulação do conceito de soberania, que será útil na análise da obra de Oliveira Viana. Segundo Foucault, o poder deve ser entendido "fora do modelo do Leviatã", centrado no edifício jurídico e institucional do estado, e sim nos processos materiais de dominação e mecanismo de sujeição, disciplinamento e administração da vida. Assim, a metodologia foucaultiana sobre a soberania permitia uma "contra-história" do poder, que introduz a guerra como inerente à soberania (DUARTE *et al.*, 2016). O poder político deixa de ser entendido como o momento de pacificação social e passa, ao contrário, a ver a guerra em sua própria origem. "A organização, a estrutura jurídica do poder, dos Estados, das monarquias, das sociedades, não tem seu princípio no ponto em que cessa o ruído das armas. A guerra não é conjurada". Na modernidade, o fenômeno da "raça" é o principal

dispositivo instituidor do poder, fazendo com que a história seja lida por meio da chave da "guerra entre as raças". Essa contra-história do discurso sobre a raça rompe com a historiografia tradicional, "uma história da soberania, uma história que se desenvolve na dimensão e na função da soberania" (FOUCAULT, 1999, p. 19, 57 e 79).

Em Foucault, essa "guerra das raças" possui um sentido biológico, conformado pelo evolucionismo e as teorias fisiológicas da degeneração racial. Porém, trata-se de um discurso e de uma práxis racial com polivalência estratégica, os quais circulam entre diferentes grupos e servem como "[...] instrumento de crítica e de luta contra uma forma de poder". Como fenômeno abrangente, ao longo do século XIX, instituiu uma história centrada na ideia de "povo" como categoria fundamental da narrativa e do fazer científico, ao mesmo tempo que essa categoria era instrumento de "desqualificação das sub-raças colonizadas". Portanto, a emergência dessa nova história está relacionada ao nascimento de novos mecanismos de poder, que o autor trata como "poder de morte" e "poder sobre a vida", par conceitual por trás da noção de biopoder, forma básica da soberania moderna. Assim, se na época clássica o poder era exercido sobre a forma do "confisco" (apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e da vida), na modernidade o confisco é somente uma das peças da grande engrenagem da soberania, a qual "se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população". O biopoder marca um poder que se desloca da apropriação da existência vital para suprimi-la a um poder que gerencia a vida, promove sua majoração e sua multiplicação (FOUCAULT, 1999, p. 128-129). Portanto, falar de soberania é falar de gerenciamento das populações sob o signo da "raça". No caso brasileiro, é a geração de Oliveira Viana e Gilberto Freyre a responsável por construir, sob à batuta do discurso científico, um modelo de história do Brasil atrelada à essa lógica do poder soberano, isto é, uma história da nação como história da gestão racial das populações.<sup>9</sup> Neste

<sup>9</sup> No Brasil, convém lembrar que o processo de construção da racialização se deu por transformações também de argumentos clássicos.

passo, a "mestiçagem" opera como chave-mestra da estrutura discursiva.

Assim, remixando Clóvis Moura e Michel Foucault, o debate sobre as hierarquias internas da branquidade e a consolidação de um projeto de estado-nação genocida, que se estabelecem num cenário móvel dos processos de integração e desintegração das economias locais no capitalismo, permite pensar o tema do lugar da ciência na produção do racismo, particularmente o discurso sobre a mestiçagem. Como se sabe, qualquer discussão sobre raça e racismo no Brasil começa e termina com o lugar comum dos "mestiços" e da mestiçagem. É pouco estranho aos interlocutores desse debate que termos usados para o cruzamento de animais sejam percebidos pelos brasileiros como algo bem corriqueiro, ou mais diretamente, que uma linguagem comum na produção de ovelhas ou vacas em confinamento seja usado para pessoas. O cotidiano acadêmico brasileiro, como denunciou Kabengele Munanga (1999), incorporou um vocabulário em que a "raça" é tomada como natural, supostamente para desconstruir o conceito de raça. Um olhar atento permite considerar no Brasil não apenas a valorização do branco como ideal, mas também uma gramática de gerenciamento da raça no cotidiano e nas instituições. Não é incomum ouvir publicamente termos como "indivíduo mestiço", "cruzamento de raças", "relações interraciais" e as inúmeras alusões da antropologia física local aos "produtos de contato entre raças", bem como as representações artísticas e históricas sobre o chamado "encontro das três raças" (SCHWARCZ, 2019). Na acepção de João Costa Vargas (2004), trata-se de uma paradoxal "hiperconsciência da raça" como imaginário nacional, em que a raça está em tudo, ao mesmo tempo em que se diz que ela não está em nada.

Diante disso, não seria o caso de pensar o debate sobre raça como um momento de construção de um olhar racializado sobre a política que se instala no momento em que a categoria povo soberano torna-se central para compreender os rumos do estado? Pergunta que se torna mais

relevante diante do contexto do pós-abolição, em que cidadania e população negra se aproximavam diante da queda do muro da escravidão. Assim, o racismo científico, ao invés de apenas iludir, não estaria também servindo para articular e compreender diferentes níveis de soberania, mostrando a consciência de legitimação e de estratégias concretas de "administração" populacional para garantia de continuidade da hegemonia da classe dominante branca?

O inventário preliminar das posições de Oliveira Viana permite reconsiderar essas aporias cotidianas do brasileiro e retomar o sentido de uma política científica do olhar sobre o Brasil em sua obra. Sua posição quanto à mestiçagem vem sintetizada em *O tipo brasileiro e seus elementos formadores*, texto que reproduz os comentários sobre os censos de 1872 e 1890, onde o autor conclui que "a diversidade somatológica do nosso povo" tenderia "a reduzir-se lentamente, sob a ação de vários fatores seletivos". Logo, "tudo parece indicar que o futuro tipo antropológico do brasileiro será o ariano modelado pelos trópicos, isto é, o ariano, vestido com aquilo que alguém chamou a 'libré do clima'"; Entre os fatores de tamanho "otimismo" estavam: "a redução do coeficiente da massa negra e mestiça em nossa população"; essa redução seria provocada "pelo crescimento natural da população branca, cuja fecundidade, sob nossos climas [...] é superior à dos outros grupos formadores"; a contribuição da imigração, com a chegada de "sangue da melhor nobreza étnica"; e "a formidável ação destrutiva das seleções étnicas e patológicas, quando agem no interior das senzalas: o negro e o mulato escravos possuem uma mortalidade superior a sua natalidade" (VIANA, 1991a, p. 36-37).

Desse modo, "o aumento do quantum ariano há de fatalmente reagir sobre o tipo antropológico dos nossos mestiços, no sentido de modelá-los pelo tipo do homem branco". Isso porque, manipulando uma teoria da herança genética do tipo "misturado", em que são desconhecidas a perspectiva de Mendel, Viana defende, como tantos em sua época que: "nos cruzamentos humanos

acontece o que acontece nos cruzamentos animais: o sangue preponderante tende a impor cada vez mais ao tipo mestiço os seus caracteres raciais". Além disso, havia o fato de que "muitos querem ser brancos, [...] e alguns já são havidos por tais, desde que, por meio do cruzamento das raças, têm esquecido a sua origem". Isso tornaria a "clarificação do mestiço indo-árabe" um "fator extremamente generalizado" (VIANA, 1991a, p. 38).

Malgrado esse inventário já seja suficiente para induzir a conclusões sobre o papel conferido à ideia de mestiçagem como modo de aniquilamento da presença negra como sujeito da história nacional ou, quando muito, para vinculá-la a uma condição subordinada nessa história, é importante revisitar o modo como a construção do conceito de tipo racial é rearticulado em momento posterior, o de pretensa autocrítica, no livro *Raça e Assimilação* (1932 e 1959). Neste caso, trata-se de demonstrar como a mestiçagem não foi uma virada, mas a consolidação desse olhar da ciência, inclusive diante de embates políticos contextuais. Ao invés de uma suposta viragem do pensamento em relação às teses racistas, é preciso compreender como o arianismo de Viana se confronta com a emergência do nazifascismo e com as teses culturalistas, as quais supostamente teriam apreendido uma passagem da raça à cultura. Acossado pela emergência desses dois fenômenos, o autor faz uma apenas aparente correção de percurso para reafirmar o olhar de gestão das "raças" e do poder racializado da branquidade.

Assim, Oliveira Viana jamais rejeitou o ideal de uma hegemonia da branquidade, mesmo quando os eventos da Segunda Guerra Mundial fizeram-no um ardente opositor do "pangermanismo" e defensor de medidas a serem tomadas pelo Estado Novo para a nacionalização das colônias de alemães no sul do Brasil. Sua oposição a uma política de neutralidade brasileira se fixava na compreensão das possíveis consequências de alguns argumentos dos teóricos do nazismo, incluindo uma crítica a Carl Schmitt: o da identificação entre soberania e raça; a de espaço vital desvinculado das regras internacionais de

respeito às soberanias consolidadas e estabelecido conforme as necessidades de desenvolvimento da raça ariana. Em especial, a demarcação do inimigo político de modo instrumental pelos comandantes do Reich (VIANA, 1991b). Assim, o problema do nazismo para Viana não é um problema em si, mas um problema de geopolítica de submissão da branquidade global ao poder do estado alemão. Portanto, tratava-se da incompatibilidade do poder da branquidade já alcançado dentro dos estados independentes, como o Brasil, com os propósitos do nazismo. O medo de Viana se situava na adesão desta "mentalidade antibrasileira dos colonos teutos", mas, sobretudo, na forma restritiva dada pelo pangermanismo da noção de "tipo racial ariano", que excluía os latinos e a sua herança cristã. Apesar de sua crítica à ideia de "espaço vital" à maneira dos teóricos nazistas, Viana a aceitava em sua versão liberal, isto é, a colonização representava uma política de ocupação de espaços vazios (vazios de brancos, obviamente, e já consolidados com estados-nação hegemonzados por brancos):

Toda a colonização moderna, pelas raças europeias, dos imensos espaços vazios do nosso continente se realizou dentro desta concepção clássica – direi latina ou anglo-latina – do espaço vital [...]. Sob inspiração desta teoria liberal e humana, deixamos que as raças sadias e laboriosas do velho continente aqui penetrassem e aqui se radicasse, incorporando-se ao nosso povo e renovando com o seu o nosso sangue. Leis de imigração foram feitas e convenções internacionais foram pactuadas com o fim generoso e hospitaleiro de abrir os nossos sertões desertos a estes excedentes humanos, mal-contidos e mal-vividos nos limitados espaços vitais destes velhos povos (VIANA, 1991b, p. 125-126).

Convém observar que também no Brasil as motivações raciais das leis de imigração eram abertamente reconhecidas por teóricos da época, o que significa dizer que não havia dúvida sobre o seu caráter racial. Aqui, como nos Estados Unidos, elas implicaram num jogo político de ampliação das representações da branquidade e disputas (reais ou imaginadas) sobre sua hegemonia, especialmente sobre o lugar, nas hierarquias sociais a serem ocupados pelos novos imigrantes brancos num contexto de pós-abolição da escravidão

negra. Elas foram decisivas para evidenciar a identificação entre nacionalidade e branquidade, pois, enquanto se debatia qual o colono branco desejável, ficava evidenciado que os não brancos não tinham lugar na construção da nova nação (JACOBSON, 2004; SEYFERTH, 1996). Portanto, o afastamento de Oliveira Viana não foi das teorias raciais, mas a defesa da civilização latina e cristã, em especial da branquidade local.

*Raça e Assimilação* é um livro de revisão e construído para propor hipóteses sobre a questão racial. Na aparência, ele é escrito sobre os brancos, ou melhor, sobre a presença da pluralidade de grupos advindos com a imigração. Todavia, ele permite compreender como a manipulação conceitual de uma pluralidade designativa (os diferentes brancos, negros e indígenas) não exclui, ao invés, reforçava os pontos de oposição entre os três grandes "grupos raciais". Isto é, os detalhes de construção de uma ciência das raças conduziam a um duplo movimento de especificação e de retorno à descrição da história e da nação por meio da retórica dos conjuntos de raças humanas. Assim, na primeira parte da obra, *Problemas das Raças*, Oliveira Viana debate o conceito de tipo racial, fazendo um acerto de contas com a sua possível identificação com o pangermanismo. Afirma que o estudo das raças foi abalado pelos movimentos que identificara raça e nacionalidade. No entanto, isso teria feito nascer a tese oposta da "igualdade das raças", contra a qual Viana protestava, valendo-se do argumento da "diferença". Neste sentido ele se posicionava:

No esforço pela demonstração da tese igualitarista, estes doutrinadores reacionários se preocuparam em acentuar a nenhuma importância dos estudos da raça. Como todas as raças eram iguais, que valeria estarmos a perder tempo com as pesquisas sobre biologia diferencial das raças? Sobre psicologia diferencial das raças? Sobre a questão da mestiçagem das raças? Sobre o problema das raças aptas à civilização e das raças porventura inaptas à civilização? (VIANA, 1959, p. 11-12).

Logo, seu primeiro movimento era o de se afastar do conceito de "raças históricas" e "raças nacionais" que estariam na base de um mal-en-

tendido: o de identificar cada nacionalidade com uma raça única. Para tanto, estabelece a distinção entre a "psicologia da etnia" e a "psicologia da raça". A primeira conduziria ao debate sobre as características gerais identificadas com a noção de povo. A segunda ficaria restrita aos grupos raciais. Em outras palavras, uma nacionalidade não precisaria ser composta por uma única raça e não era a sua existência que determinava exclusivamente a forma e o conteúdo "cultural" da nacionalidade, como no caso brasileiro, e ao mesmo tempo, que isso não afastava a importância do estudo das raças na composição desse quadro (VIANA, 1959).

Assim, no capítulo *Biotipologia e a psicologia étnica*, Viana estabelece os pressupostos do estudo das raças que conduzem a compreensão de como elas entrariam na composição dos traços coletivos da nacionalidade. Assim ele defendia: a) a existência da "correlação entre os tipos somatológicos chamados 'raças' e os 'tipos de inteligência e de temperamento'"; b) a "conexão muito íntima entre os aspectos morfológicos do indivíduo e as peculiaridades da sua fisiologia, da sua patologia e da sua psicologia (temperamento e inteligência); c) a existência, portanto, de uma "fisiologia diferencial", de uma "patologia diferencial" e de uma "psicologia diferencial"; d) a construção da noção de tipo dependeria do uso de "variáveis estatísticas", "das percentualidades exibidas" num grupo de indivíduos; e) o uso da estatística dentro de um sentido de relatividade, segundo o "critério dos 'grupos de frequência', pois nenhum atributo era exclusivo de uma raça, mas apenas mais dominante" (VIANA, 1959, p. 22-32). Ao final de tudo isso, propunha o seguinte "encadeamento causal" no estudo das raças: a) a "raça" (tipo étnico) determina a maior frequência deste ou daquele "tipo de constituição"; b) este "tipo de constituição" determina a maior frequência dos "tipos de temperamentos" e dos "tipos de inteligência"; c) estes tipos de inteligência e de temperamento mais frequentes, portanto, mais numerosos, vão condicionar as manifestações das atividades sociais e culturais do grupo (VIANA, 1959, p. 39).

Em *Os tipos antropológicos e os problemas da bio-sociologia*, Oliveira Viana, aparentemente desconstrói a identificação "popular dos nossos grupos étnicos", ou seja, dos três grandes grupos raciais, afirmando que eles valeriam para "objetivos meramente antropométricos", mas conteriam uma pluralidade de outras "diferenciações biotipológicas", inclusive dentro do denominado "grupo branco". Portanto, o isolamento dos tipos dependeria do reconhecimento da heterogeneidade dentro dos grandes grupos identificados "normalmente". Neste contexto, propõe um método de construção do tipo (fragmentário) que busca relacionar a identificação quantitativa com a avaliação qualitativa dos principais representantes de cada tipo. Vale dizer era preciso combinar a análise quantitativa (da frequência) com estudos qualitativos (de dos principais representantes de determinado tipo) (VIANA, 1959, p. 61-63).

Na segunda parte, *Problemas da assimilação*, surgem as análises do "melting pot" brasileiro, ou seja, sobre as possibilidades de determinação qualitativa e quantitativa da "mestiçagem", sobretudo entre as "etnias arianas", enfatizando-se os casamentos entre os grupos de migrantes em séries geracionais e a distribuição (adaptação) desses grupos no território nacional. O tema é revisto nas *Notas complementares*, em que o autor aborda a identificação do "índice eugenístico" dos tipos raciais e as leis restritivas à imigração nos EUA. Diferencia, neste caso, entre uma seleção de "indivíduos" "débeis" hereditariamente (o que incluía a exclusão de todos os deficientes físicos e mentais) e uma seleção "de raças", contra as quais se opõe por falta de maiores pesquisas sobre o tema (VIANA, 1959, p. 162).

Por fim, na segunda edição, Oliveira Viana rebate as críticas que lhe foram dirigidas de estar tentando reviver "a velha teoria da superioridade das raças". Tratava-se ao invés disso, segundo o autor, de "dissociar" o "problema da superioridade" do problema da "desigualdade das raças". Assim, afirmava:

Eu dissocio, pois, neste livro, o problema da superioridade do problema da desigualdade das raças. Desinteressando-me por um momento do primeiro, esforço-me por chamar a

atenção de todos os estudiosos unicamente para o segundo, que é de ordem puramente biológica e possível de resolver-se pelos métodos da análise biométrica comparativa, manejando os admiráveis instrumentos de que dispõem modernamente a biotipologia, a endocrinologia, a psicologia experimental e outras ciências naturais (VIANA, 1959, 178).

A superioridade estaria na articulação entre raça, história e meio, sendo relativa ao "contexto" no qual a desigualdade das raças se estabelecia. Como enuncia Oliveira Vianna:

Não é esta a ocasião mais oportuna para discutir se há raças superiores e raças inferiores. Estou mesmo convencido de que a superioridade de uma raça é função do "momento" histórico, podendo uma mesma raça mostrar-se superior num dado "momento" e, em outro, revelar-se inferior. Cada raça, como cada indivíduo, leva para o plano social os seus atributos psíquicos, como leva os seus atributos físicos; mas é o "momento", são as condições de vida no grupo, as exigências não-aproveitamento da totalidade destes atributos, ou apenas de alguns deles.

Minha tese é outra. Eu não me preocupo com o afirmar propriamente a inferioridade ou a superioridade desta ou daquela raça (...) O que afirmo é que as raças são desiguais. Desiguais num sentido apenas na maior ou menos frequência em tipos de temperamento e em tipos de inteligência (VIANA, 1959, p. 177).

A tentativa de desvincular a ideia de superioridade da desigualdade esbarra no fato de que os argumentos sobre a superioridade eram construídos a partir de um conjunto heterogêneo de estereótipos sobre os tipos raciais e as disputas na história. Ao final, a desigualdade era um pressuposto lógico dos discursos sobre a superioridade. Era a partir do destacamento de traços específicos que se justificava as hierarquias raciais. Além disso, é preciso ler o uso do termo desigual como "diferente". Este "diferente" é oriundo de estereótipos raciais de fundo racista e colonial.

Não obstante, tais considerações não o levavam a abandonar a tese da "inferioridade de inteligência" do grupo negro (observe-se que aqui as diferenciações raciais internas desaparecem) e de

sua incapacidade do ponto de vista civilizatório. Em relação ao primeiro aspecto, defende que o negro puro seria menos fecundo em "supernormais". Essa desigualdade se refletiria na riqueza "eugenística" de suas elites, composta por uma minoria dos tipos de inteligência superior. Daí a inadequação para a atual competição entre as "civilizações modernas". O ataque mais explícito à existência de "negros inteligentes" e "de grandes civilizações na África" é feito em nome da "presença de elites miscigenadas". O motivo era que:

O negro puro, portanto, não foi nunca, pelo menos dentro do campo histórico em que o conhecemos, um criador de civilizações, se, no presente, os vemos sempre subordinados aos povos de raça branca, com os quais entraram em contato; [...] a civilização tem sido apanágio de outras raças que não a raça negra; e que, para que os negros possam exercer um papel civilizador qualquer, faz-se preciso que eles se caldeiem com outras raças, especialmente com as raças arianas ou semitas. Isto é: que percam a sua pureza (VIANA, 1959, p. 206).

Como se percebe no trecho acima, os estereótipos raciais de fundo racista e colonial permanecem numa história das civilizações. Tais teses que vinculam hereditariedade, composição das elites, adaptação das raças e superioridade jamais foram abandonadas por Oliveira Viana e reaparecem confirmadas em escritos posteriores, onde reafirma o argumento de que a cultura é absorvida de modo diferenciado por "força de 'qualidades hereditárias'" (VIANA, 1959c, p. 65-67). Antes de extrair algumas conclusões sobre esse modo de pensar a raça, convém sintetizar o percurso acima descrito. Inicialmente, dissocia-se nacionalidade e raça. A seguir, afirma-se que a nacionalidade é composta de várias raças que possuem por frequência determinadas características. Depois, diz que entre os grandes grupos raciais há divisões internas (subtipos) e que as suas misturas conduzem a novas composições de tipos. Afirma-se, ainda, que a inferioridade da raça depende de um contexto social de competição e seleção. Por fim, os "antigos tipos inferiores" são retomados para se explicar a contribuição e o lugar dessas raças na hierarquia social a partir da ideia de frequência, não exclusividade, de

características eugênicas.

### Viana e soberania à brasileira

O lugar conferido por Oliveira Viana à ideia de diferença interna dos tipos raciais e seu valor na construção da nacionalidade interessa tanto a uma história da ciência (arqueologia dos conceitos e das relações de poder a eles vinculados) quanto à compreensão do racismo em suas estratégias discursivas.

Em primeiro lugar, há uma evidente continuidade em relação a outras teses que também defenderam o papel do mestiço em posição subordinada para a garantia da supremacia branca, o que não significava a quebra das hierarquias raciais. Ao invés disso, a preocupação com a formação das elites é manifesta na obsessão sobre a sobrevivência da "civilização branca" nos trópicos, como ocorre em Arthur Gobineau (1967). Há uma linha de continuidade com os estudos de Nina Rodrigues (1957 e 1982), aliás abertamente estabelecida, pela preocupação com o estabelecimento das tipologias raciais e com o lugar social conferido aos "indivíduos brancos" e "indivíduos mestiços". Porém, se Nina Rodrigues se move em relação a um problema concreto, o controle social (daí os temas da criminalidade diferencial), Oliveira Viana está preocupado com a reorganização do estado (o tema da composição das elites) e da "regeneração da sociedade" (a vinculação entre definição da nacionalidade, leis de imigração e eugenia).

Neste último caso, o que passa despercebido nos retratos sobre a suposta integração racial no Brasil é que o valor "eugênico dos negros" em relação a políticas de imigração foi desde sempre descartado. Mesmo após décadas do fim do tráfico negreiro, o país não aceitava, em suas políticas públicas, negros na condição de imigrantes sob o argumento da eugenia dos elementos de sua identidade nacional. De igual modo, a expressão "paraíso racial", "cadinho de raças", "país sem barreiras raciais" pode significar uma alusão, como insiste Oliveira Viana, na ideia de que o país teria resolvido o "problema racial europeu" dos conflitos entre as "raças históricas"

ou "nacionais" (entre ingleses, alemães, russos, eslovacos, poloneses etc.). Em outras palavras, país de todas as raças brancas, país de uma só branquidade europeia hegemônica.

Em segundo lugar, há uma constatação no percurso acima traçado. Quanto mais ciência é produzida na tentativa de delimitação de um campo de conhecimento sobre as raças, mais esse campo se subdivide, produz uma especificação, para dar lugar a uma forma de "diversidade" ou heterogeneidade designativa que é assumida como retrato de uma complexidade biológica. Porém, invariavelmente, esse discurso que especifica retorna aos "grandes temas", aos "grandes grupos raciais", e, conseqüentemente, ao seu substrato essencial dos estereótipos persistentes sobre negros, indígenas e brancos. É o que ocorre com Oliveira Viana e todo seu projeto estruturado para, aparentemente, vencer as percepções generalizantes sobre a raça, mas que retorna ao final para falar (por esquecimento do método) em características do grupo negro. Dito de outro modo, a ação da descoberta do "país colorido" de subtipos raciais de uma biologia racial indomável é uma projeção discursiva da ciência racista de uma época e, por isso mesmo, não pode abandonar sua força prática que resiste nos extremos da qualificação da branquidade e da negritude. O olhar científico das raças viu a relação entre os grupos raciais como uma biopolítica (daí os temas do casamento diferencial, da natalidade e da morbidade, do crescimento diferencial, da acomodação etc.).

No caso de Oliveira Viana, sob o véu das teorias raciais estavam as hierarquias sociais (e raciais) reproduzidas no pós-abolição e os conflitos entre "os novos brancos" (migrantes) e "os velhos brancos" (classe senhorial) na composição das elites. Todavia, mesmo quando o assunto é definido essencialmente como um problema de acomodação das raças arianas, a raça negra (estereótipo de uma totalidade) ressurgiu como oposição, ou como uma definição, mais do que um lugar numa série, uma ideia força capaz de aglutinar conceitos. O negro é o elemento oposto de onde se delimita a nação e o cidadão. Assim,

o racismo não se desconstrói quando passa a análise do "caso" do grupo racial ou quando "descobre" um "caso" para estudo, construindo uma identidade momentânea sobre o universo delimitado. Ao invés disso, retorna sempre ao "lugar comum" de quem são os negros e suas características na composição do "caso" e das respectivas generalizações.

Em terceiro lugar, a separação entre raça e nacionalidade e sua posterior reunião para o debate sobre a nacionalidade e a identidade nacional é tão importante para Oliveira Viana quanto foi para um Gilberto Freyre. A operação, como descrita acima, consiste em relativizar a identificação (criada pelo nacionalismo europeu, segundo Viana) entre raça e nação. Depois, atribuir a cada um dos complexos "biológicos" (tipos) características "psicológicas" e "morfológicas", o que não significa uma consideração das culturas, mas a vinculação destas à biologia. A seguir, tratar da adaptabilidade desse complexo "biologia-cultura" ao meio, ao clima, às interações com outros complexos do mesmo gênero. Desse modo, pode-se afirmar que se está a falar de cultura, quando, de fato, se fala de biologia, de raças. É somente neste contexto que o contato físico e a reprodução podem ser vistos como formas de intercâmbio cultural. Os filhos (a "geração miscigenada") carregariam em seu sangue, em sua hereditariedade, os complexos biopsicológicos dos pais. Isto é, a tese de que a "mestiçagem" é um encontro de culturas reside no argumento racista de que a biologia define a cultura. Assim, tanto em Viana como em Freyre, a cultura permanece como um apêndice da raça e as raças são retratadas como complexos culturais em oposição. Seria isso um abandono das teorias raciais e de seu substrato racista? Obviamente que não e somente uma academia eivada do delírio da branquitude para naturalizar uma suposta passagem positiva do biológico ao cultural, ainda quando as representações raciais continuam a reproduzir padrões de quatro séculos de colonialismo.

Ademais, é preciso refletir sobre o fato de que essa operação articula uma dupla negação

do valor e do lugar da cultura: a) desconsidera todos os elementos políticos e econômicos e as tensões sociais que implicam a construção de complexos culturais, ou seja, como aponta Clóvis Moura (1988), retira-se da cultura sua relação com as estruturas sociais e com as relações de poder; b) e despotencializa o plano da cultura como construção social e como espaço de manifestação (ou composição) das lutas sociais, ou seja, desconsidera-se a cultura como modo de reconstrução do homem no mundo. Desse modo, ao invés do negro tendo que recompor sua existência no cotidiano de uma sociedade escravista e racista, surge a imagem do negro "carregando em sua biologia" uma forma de ser que, quase sempre, é definida pelas teorias raciais que traduziram o dizer dos senhores de escravos sobre seus escravos em termos científicos. Em outras palavras, a "voz do dono" expressa na fala de viajantes, cronistas, literatos e membros da classe dominante, converte-se na definição do que é o "ser negro". Logo, ao invés das lutas em torno da racialização empreendida pelo escravismo, revive-se a "luta das raças", e, por fim, a luta das raças conduz a pergunta sobre sua acomodação. Obviamente, esse percurso é realizado sem perder o horizonte dos estereótipos e das hierarquias sociais e raciais.

Em quarto lugar: apesar do olhar científico que propunha uma maior especificação e diferenciação de tipos, Oliveira Viana se lamentava insistentemente sobre o modo como os recenseadores "construíam" os tipos raciais através de percepções "populares" das raças, ao invés da correta compreensão da complexidade de tais tipos. Argumentava que somente a composição "complexa", em subtipos, de cada um dos grupos raciais, tanto em relação aos "brancos" quanto aos "negros", permitiria compreender, entre outras questões, a hereditariedade da inteligência. Em relação aos brancos, por exemplo, afirmava:

Ora, este grupo é altamente complexo. No ponto de vista antropológico, ele compreende ou, pelo menos, deve compreender, não só os tipos brancóides, resultantes da evolução arianizante dos nossos mestiços, como também os representantes de todas as raças europeias aqui afluentes, sejam os colonos

aqui fixados, sejam os descendentes deles (VIANA, 1959, p. 55).

O mesmo se poderia dizer do grupo negro, pois não haveria "uma raça negra, mas sim vários tipos negros", formados pelas diferentes formas "cruzamentos e recruzamentos dos tipos brancos com os tipos negros". Desse modo, a oposição contrária às classificações oficiais do censo devia-se a necessidade de apreensão dos detalhes da ciência racista por ele defendida (VIANA, 1959).

Como se demonstrou anteriormente, é apenas aparente o paradoxo de um autor que se vale das representações raciais generalizantes para afirmar a inferioridade dos negros e, ao mesmo tempo, faz uma verdadeira pregação, em nome da ciência, pela impossibilidade de reconhecimento de categorias generalizantes. Do ponto de vista não de uma ciência das raças, mas do estudo sobre a reprodução das formas de racialização e da hierarquização de grupos populacionais, é importante considerar algumas questões: O argumento da pluralidade designativa dos "tipos" era um argumento não racista? Evidentemente que não. Ele era justamente o labor da ciência na dissecação de seus objetos de estudo. As classificações em grandes grupos eram utilizadas por essa mesma ciência? Sim, sobretudo quando o tema era discutir a inferioridade racial. As classificações em grandes grupos eram utilizadas como uma classificação popular, isto é, indicavam uma percepção racial operacionalizada no cotidiano? A resposta de Oliveira Viana é afirmativa, malgrado sua discordância em nome de sua ciência racista. E mais: ele reconhecia a validade do conhecimento dos censos oficiais para uma classificação relativa à aparência da população pesquisada.

A ciência racista sempre esteve presa às grandes fórmulas de generalização dos estereótipos raciais, malgrado seu discurso de especificação. As maneiras populares de reconhecimento e as formas científicas de cercamento da identidade negra, ou melhor, de definição racista dessa identidade, não estavam dissociadas. Isso significa que ser negro ou ter uma aparência negra não era, assim como não é atualmente, um dado impossível

de ser reconhecido e, mais ainda, não é um dado indiferente às formas de representação social de valores. O discurso da especificação surge, ao revés, somente e quando se pretendia debater a contribuição hereditária para a nacionalidade ou a civilização de indivíduos suspeitos de serem inferiores. A "descoberta do país colorido" não foi, portanto, um ato de desagregação substantiva das fórmulas racistas, mas sua continuidade na constituição de novos objetos de pesquisa dentro de um grande campo que era o da premissa da inferioridade de negros e indígenas.

De modo mais direto: a descoberta "científica" de subtipos raciais não afasta as formas pelas quais o senso comum define e reconhece quem são os negros no cotidiano. Tampouco a descoberta "científica" de subtipos raciais é construída sem a referência aos valores negativos generalizantes da definição de ser negro. Por fim, o processo de "descoberta" de "subtipos raciais" confirma um procedimento da ciência racista preocupada com a arianização e alocação dos negros em posições sociais inferiores. Portanto, trata-se de um gesto de passagem que vincula soberania e raça por meio do discurso científico a respeito da gestão populacional, emergido dos impasses da branquidade brasileira diante dos dilemas do pós-abolição e das transformações políticas e econômicas globais do início do século XX.

## Conclusão

À luz do pensamento de Oliveira Viana e com ênfase nos dilemas do pós-abolição, o artigo enfrentou a questão de como o racismo constitui a tradição autoritária brasileira. Ao enfrenar o decantamento do racismo na obra de Viana, apontamos como o autor realiza um passo decisivo na especialização e legitimação científica do discurso racial, deslocando-o para o campo da soberania: o "problema do negro" como uma questão de gerenciamento biopolítico das populações ao invés dos direitos de cidadania.

Assim, no contexto brasileiro, o pensamento de Viana delimitou elos entre raça e soberania no coração do discurso nacional: a) atribuiu um papel

subordinado ao mestiço na formação brasileira, que reproduzia estereótipos raciais espalhados pelo senso comum, legitimava a supremacia branca no plano político, pregava a regeneração da sociedade pela depuração racial do "povo" e afastava do espaço público a denúncia do racismo (na medida em que a mestiçagem era uma evidência de que o Brasil tinha resolvido o problema racial); b) por meio de um detalhamento dos múltiplos tipos de brasileiros, permitiu a validação científica das hierarquias raciais presentes nos estereótipos racistas a respeito das características dos negros, indígenas e brancos, dando-lhes uma operacionalidade prática na forma de políticas estatais; c) estabeleceu uma noção de cultura que operava ainda como apêndice da "raça", em que a história, a sociedade e a política são ancoradas em representações raciais legadas pelo colonialismo; d) construiu a imagem de um Brasil diverso que, ao mesmo tempo, articulava certo senso comum negativo sobre o "ser negro" à necessidade (afirmada como constatação) de embranquecimento da população nacional.

Como última conclusão, a retomada do papel do racismo nas formulações de Oliveira Viana nos leva novamente para a questão da crítica hegemônica de sua obra. A ausência de centralidade na compreensão da "raça" entre os intérpretes de Viana ilumina a permanente dificuldade de se radicalizar uma crítica ao racismo na tradição do pensamento social brasileiro. Com isso, inviabiliza-se um segundo passo: refletir como esse racismo entre os intérpretes do Brasil se desdobra nos movimentos e concepções autoritárias e antidemocráticas na contemporaneidade. Esse rebaixamento duplo da crítica impede um terceiro exercício: o desvelamento de um horizonte de mundo compartilhado entre a intelectualidade branca brasileira, que aproxima campos políticos opostos, a evidenciar concepções semelhantes entre autocratas e democráticos, conservadores e progressistas, a respeito do que é o país, sua "história, seu "povo" e o papel das suas instituições. Tudo isso revela como a decantação do racismo, mais do que uma forma de interpretar

autores, é também um gesto de autodefesa.

## Referências

ANJOS, Gabriele dos. A questão "cor" ou "raça" nos censos nacionais. *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, n. 1, 2013, p. 103-118.

BASTOS, Elide Rugai. A construção do debate sociológico no Brasil. *Ideias*, Campinas (SP), Edição Especial, nova série, 2013, p. 290-291.

BRANDÃO, Gildo Marçal Bezerra. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente. *Revista do Museu Paraense Emílio Goeldi*, vol. 4, n. 3, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. A Utopia de Oliveira Vianna. *Revista Estudos Históricos*, vol. 4, n. 7, 1991.

DICIO, *Dicionário Online de Português*. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/decantar/>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ARTE, Evandro Piza. *Do medo da diferença à igualdade como liberdade: as ações afirmativas para negros no ensino superior e os procedimentos de identificação de seus beneficiários*. 949 f. [Tese de doutorado em Direito] da Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

DUARTE, Evandro Piza; QUEIROZ, Marcos; COSTA, Pedro Henrique Argolo. Hipótese Colonial, um diálogo com Michel Foucault: a Modernidade e o Atlântico Negro no centro do debate sobre Racismo e Sistema Penal. *Universitas Jus*, vol. 27, 2016, p. 01-31.

DUARTE, Evandro Piza. Autoritarismo e Racismo: Oliveira Vianna, Constituição e Democracia sob os Trópicos. *Direito, Estado e Sociedade*, ahead of print, 2021.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes, vol. I: o legado da raça branca*. São Paulo, Globo, 2008.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. As fronteiras raciais do genocídio. *Revista da Faculdade de Direito da UnB*, vol. 1, n. 1, 2014.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. Trad.: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: M. Fontes, 1999

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FREITAS, Felipe da Silva. Pelo direito à vida segura: um estudo sobre a mobilização negra pela aprovação do Estatuto da Juventude no Congresso Nacional. *Revista Direito e Práxis*, vol. 10, 2019.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

GENTILE, Fabio. Nacionalismo social, corporativismo fascista e "autoritarismo instrumental" no pensamento de Oliveira Vianna. *História e Cultura*, vol. 5, n. 3, 2016, p. 76-97.

GOBINEAU, Arthur. *Essai sur l'inégalité des races humaines*. Paris: Éditions Pierre Belfond, 1967.

JACOBSON, Matthew Frye. "Pessoas brancas livres" na República, 1790-1840. WARE, Vron. (Org). *Branquitude: Identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MARQUES, Lúcio Álvaro; PEREIRA, João Paulo Rodrigues. *Escritos sobre a escravidão*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

MARTINS, José Ricardo. Os intérpretes do Brasil: pensamento sociopolítico lastreado no fluxo de ideias, narrativas e realidades na busca de uma identidade nacional brasileira. *Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses-UFPR)*, vol. 3, n. 2, jun. 2017, p. 92-123.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

MOURA, Clóvis. *As injustiças de Clío: o negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

ODÁLIA, Nilo. *As Formas do Mesmo. Ensaio sobre o Pensamento Historiográfico de Varnhagem e Oliveira Vianna*. São Paulo: UNESP, 1997.

PAIM, Antonio. *Curso de Introdução ao pensamento político brasileiro. A opção totalitária*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

PAIXÃO, Marcelo. La variable color o raza en los censos demográficos brasileños: historia y estimación reciente de las asimetrías. *Notas de población*, Año XXXVI, n. 89, Santiago de Chile, 2009, p. 187-224.

PORTO, Walter Costa. Apresentação. Vianna, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Brasília: Senado Federal, 2004.

RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RICUPERO, Bernardo. Oliveira Vianna e a crítica à cópia. ABREU, Luciano Aronne de; SILVEIRA, Helder Gordim da (Orgs.). *De Vargas aos militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2014.

RODRIGUES, Nina. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Salvador: Progresso, 1957.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SILVA, Ricardo. Liberalismo e democracia na sociologia política de Oliveira Vianna. *Sociologias*, ano 10, n. 20, jul./dez. 2008, p. 238-269.

SILVA FREITAS, Matheus. A compreensão e denúncia das violências raciais como genocídio da população negra. *Simbiótica*, vol. 7, n. 3, 2020.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAVOLARO, Sergio. A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. *Dados*, vol. 53, n. 3, 2014, p. 633-673.

VARGAS, João Costa. Hyperconsciousness of race and its negation: the dialectic of White supremacy in Brazil. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, vol. 11, n. 4, 2004, p. 443-470.

VIANA, Oliveira. *O Idealismo da Constituição*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

VIANA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.

VIANA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Volumes I e II. Belo Horizonte: Atalaia, 1987.

VIANA, Oliveira. O tipo brasileiro e seus elementos formadores. Viana, Oliveira. *Ensaio inédito*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991a.

VIANA, Oliveira. Pangermanismo. Viana, Oliveira. *Ensaio inédito*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991b.

VIANA, Oliveira. Raça e Cultura. Viana, Oliveira. *Ensaio inédito*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991c.

VOIGT, Lucas; PAGANI JUNIOR, Luiz Volni. O "racismo de classe": representações elitistas sobre os pobres e a pobreza no Brasil. *Mediações Revista de Ciências Sociais*, vol. 24, n. 2, 2019, p. 227-249.

---

### Evandro Piza Duarte

Professor na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1993), Mestrado em Direito pela UFSC (1998) e Doutorado em Direito pela Universidade de Brasília (2011). Editor da Revista Latino-Americana de Criminologia (Relac). Realizou estágio pós-doutoral na University of Pennsylvania (2018) e na Vrije Universiteit Brussel (2022).

---

### Marcos Queiroz

Professor no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Doutor em Direito pela Universidade de Brasília, com sanduiche na Universidad Nacional de Colombia (Programa Abdias Nascimento - CAPES) e na Duke University (Fulbright). Coordenador do Peabiru - Grupo de Estudos em História e Constitucionalismo da América Latina (IDP). Realiza estágio pós-doutoral na UnB (Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação - Políticas Afirmativas e Diversidade, Capes).

---

### Endereço para correspondência

#### EVANDRO PIZA DUARTE

Universidade de Brasília

Campus Universitário Darcy Ribeiro, Faculdade de Direito

Asa Norte, 70904-970

Brasília, DF, Brasil

#### MARCOS QUEIROZ

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP)

St. de Grandes Áreas Sul, Quadra 607, Módulo 49, Via L2 Sul

Asa Sul, 70200-670

Brasília, DF, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela Mais H Consultoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*